



Partidos buscam consenso para eleição dos integrantes da Mesa



Fernando Bizem/Agência Senado

Escolha de dez membros deveria ter ocorrido ontem, mas foi transferida para hoje por falta de acordo. Apenas presidente foi definido

Pelo regimento, a escolha dos integrantes da Mesa do Senado deve ser feita de forma proporcional ao tamanho das bancadas dos partidos na Casa. Na reunião de ontem dos líderes partidários, houve divergências quanto à aplicação da regra. As siglas com menos senadores argumentam que o critério de proporcionalidade deve ser aplicado apenas aos sete titulares na Mesa (o presidente, os dois vice-presidentes e os quatro secretários), o que lhes daria direito a preencher as quatro suplências de secretário. O líder do DEM, Ronaldo Caiado, defende essa tese. Segundo ele, é “absurdo” cercar o espaço das minorias na Mesa. **3**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com repórteres sobre a eleição dos novos integrantes da Mesa Diretora da Casa

Siglas formam blocos e definem lideranças

Nove das dez siglas com mais de um senador já escolheram seus líderes. Falta a definição do PT. Também foi confirmada a formação de pelo menos três blocos. Cabe às lideranças unificar o discurso partidário e fazer articulações em nome das legendas. **8**

Plenário vai examinar três projetos sobre educação **3**

Análise de políticas públicas fortalece o Legislativo **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator-geral do Orçamento, Romero Jucá (C) fala na CMO em dezembro: segundo ele, parlamentares não podem mais apresentar emendas

Votação do Orçamento deverá ter prioridade

A proposta orçamentária foi aprovada em dezembro na Comissão Mista de Orçamento, mas ainda precisa passar pelo Plenário do Congres-

so. Definição do novo salário mínimo em R\$ 788, e não R\$ 790, deixou sobra de recursos que poderá se destinar ao Fundo Partidário. **5**

Congresso avalia crédito de R\$ 45 bi para Petrobras

Duas medidas provisórias que começaram a tramitar ontem liberam crédito extra a órgãos do governo federal, a estados e a municípios. Dos R\$ 94 bilhões previstos, Petrobras e empresas coligadas deverão receber cerca de R\$ 45 bilhões para investimentos. **6**

Segundo o governo, recursos evitarão atrasos nas obras de estatais, como a petrolífera



Agência Petrobras

Pauta da Casa para 2015 inclui modernização de códigos **4**

Senado pode votar neste mês indicações para embaixadas **5**

Comissões passaram a avaliar políticas públicas

Prática fortalece o papel do Congresso na fiscalização dos atos do Executivo, atribuição prevista na Constituição. Para consultores, trabalho agrega transparência e torna mais eficiente o gasto do governo

EM 2014, O Senado ampliou a atuação exercendo uma nova prerrogativa, ainda pouco conhecida: a avaliação de políticas públicas. Menos badalado que a elaboração de leis, esse exame pode ser decisivo na garantia de resultados e no combate ao desperdício de recursos públicos.

O novo papel do Senado é resultado da Resolução 44, de setembro de 2013, que encarregou as comissões permanentes dessa tarefa. A base da iniciativa, porém, é a Constituição, que no inciso X do artigo 49 estabelece como “competência exclusiva” do Congresso “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo”.

Conforme o texto da resolução, cada comissão permanente tem até o último dia útil de março para escolher uma ou mais políticas públicas que avaliará no decorrer do ano.

Um dos melhores exemplos desse trabalho é a discussão do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O PNBL foi instituído em maio de 2010 para universalizar o acesso à internet de alta velocidade no país. Passados quase cinco anos, a meta está longe de ser cumprida. Isso

levou o Senado a criar um fórum de discussão nacional que permita a elaboração de diretrizes para atingir a meta.

No ano passado, a CCT fez debates em Rio Branco e Salvador com representantes da sociedade civil e de entidades envolvidas na questão. As duas capitais foram escolhidas para representar as Regiões Norte e Nordeste, as mais carentes de infraestrutura de banda larga.

Satélite

Também foram feitas audiências públicas em Brasília e parlamentares foram a São José dos Campos (SP) conhecer o projeto de um satélite geoestacionário capaz de propiciar acesso à banda larga em regiões remotas do país. O resultado do trabalho, coordenado pelo então senador Anibal Diniz, pode ser conferido



Então senador Anibal Diniz (3º à dir.) discute banda larga em visita à Embraer

no relatório de atividades da comissão em 2014.

A Consultoria Legislativa do Senado foi encarregada de fazer estudos para subsidiar as avaliações das comissões. Os consultores Fernando Menequin e Igor Vilas Boas de Freitas concluíram que as análises agregam transparência à administração pública, tornando mais eficientes os gastos do governo.

Entre outras políticas avaliadas em 2014, estão a de recursos hídricos para o semiárido nordestino, analisada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); e a de assistência integral à saúde da mulher, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Senado faz nova organização de gabinetes e repartições

Uma das principais medidas da Mesa Diretora do Senado nos últimos dois anos foi a reorganização do espaço administrativo do Senado. Toda a parte ligada à administração da Casa foi para os prédios das chamadas unidades de apoio, que se situam na Via N2.

Desde a inauguração do Palácio do Congresso, em 1960, a divisão do espaço físico do Senado evoluiu muito. O diretor-geral da Casa, Luiz Fernando Bandeira, lembra que no projeto original nem sequer existia previsão de espaço para gabinetes parlamentares separados.

— O presidente tinha gabinete, que ficava onde hoje é a Taquigrafia. Mas os senadores despachavam num grande saguão, onde existia uma espécie de divisória. Em cada uma delas, uma secretária datilografava requerimentos, petições e cartas — conta.

Com o crescimento do Senado, diferentes setores foram aos poucos acomodados nos espaços existentes ou em novos locais, gerando depois

de mais de meio século a necessidade de racionalização. Nos últimos dois anos, mais de 750 servidores antes espalhados por diferentes lugares foram concentrados numa área única. Parte dela fica onde antes funcionava o serviço médico do Senado, que atendia parlamentares, servidores e dependentes e cujas atividades foram encerradas como medida de economia de recursos públicos. Essa reorganização foi feita sem construção de novos prédios.

Ganho em eficiência

Bandeira cita outras medidas da Mesa Diretora nos últimos anos:

— Juntamos três ou quatro secretarias numa grande Secretaria de Infraestrutura, responsável por pensar toda a parte de engenharia. A Secretaria de Patrimônio incorporou os almoxarifados. Nós tínhamos oito almoxarifados no Senado, cada um gerido por um órgão separado. Isso gerava duplicidade de estoques e problemas de gestão

de material. Ao centralizar, você ganha em eficiência e diminui estoques e compras.

Ao mesmo tempo, liberou-se espaço para gabinetes de senadores no Anexo 1 (a torre de 28 andares que fica atrás da cúpula do Senado). A Agência Senado e o **Jornal do Senado**, por exemplo, foram deslocados do 20º andar para um dos blocos de apoio da Via N2. No antigo espaço, agora funciona o gabinete de Valdir Raupp (PMDB-RO).

Para serviços como pintura e revestimentos no complexo da instituição, um contrato de manutenção foi firmado entre o Senado e a ECC Construtora, no valor de R\$ 2,4 milhões e válido por um ano.

Segundo Bandeira, a reorganização ainda não terminou. Entre as prioridades para este ano, estão instalações mais modernas para a TV Senado e para as Edições Técnicas:

— Isso faz parte de um processo de mudança que será atualizado ao longo dos próximos meses. É um compromisso para 2015 — disse.



Saúde, habitação e energia limpa são metas de Hélio José

Hélio José (PSD-DF) afirmou que, durante o mandato no Senado, vai atuar na defesa das pessoas menos favorecidas, defendendo especialmente políticas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte e segurança e investimentos em projetos habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida e o Morar Bem.

Hélio José, que é engenheiro eletricista e foi servidor da Eletronorte, também defendeu mais apoio para a geração de energia por fontes alternativas. Segundo ele, o caminho passaria pela definição de uma nova matriz energética, que aproveite a energia limpa, como a solar, pela captação fotovoltaica ou heliotérmica.

— O Brasil tem alternativa. Não podemos ficar reféns das térmicas poluentes, das térmicas que fazem com que haja chuvas ácidas. Não podemos ficar reféns de algumas dificuldades pela falta de chuva, devido ao grave problema do clima por que passamos hoje — afirmou o senador.

A defesa do servidor público e do setor produtivo também será alvo da atuação de Hélio José. Ele anunciou apoio a políticas públicas que criem oportunidades para o menos favorecido, “que não quer esmola, que quer emprego, que quer andar de cabeça erguida e ser incluído na sociedade”.

Donizeti apoia reforma política e novo pacto federativo

A reforma política é uma das bandeiras defendidas por Donizeti Nogueira (PT-TO), que tomou posse no lugar de Kátia Abreu (PMDB-TO). Ela se licenciou do Senado ontem para reassumir como ministra da Agricultura.

Logo após a posse, o senador afirmou que o povo merece ver uma renovação do sistema político eleitoral.

— Precisamos assegurar mais direito à participação política, por isso defenderei uma reforma política que deve ser construída após uma discussão profunda com todos os setores da sociedade — explicou.

O senador ainda defendeu mudanças no pacto federativo que possam acabar com a guerra fiscal e reduzir as desigualdades regionais.

Donizeti disse que lutar pela educação de qualidade, por políticas para a juventude e pelo fortalecimento da agricultura familiar, com acesso à assistência técnica, maior produtividade e menor impacto ambiental.

Para o Tocantins, vai defender a implantação do parque agroindustrial para que seja possível aproveitar todo o potencial agropecuário do estado.

Ele ainda agradeceu o apoio dos amigos e dos companheiros do PT ao longo de 32 anos de militância.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão não deliberativa. Às 16h, terceira reunião preparatória da 1ª sessão da 55ª legislatura, destinada à eleição dos demais membros da Mesa para o biênio 2015–2016.

PRESIDÊNCIA Posse no TCU e eleição da Mesa

10h Posse de Vital do Rêgo no TCU. Às 16h, terceira reunião preparatória da 1ª sessão legislativa da 55ª legislatura, para eleger os demais membros da Mesa para o biênio 2015–2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Partidos divergem sobre aplicação do critério de proporcionalidade. Siglas menores argumentam que regra vale só para titulares e pedem direito de indicar suplente de secretários

Impasse adia para hoje eleição da nova Mesa

A ELEIÇÃO PARA os integrantes da Mesa que vai comandar o Senado nos próximos dois anos foi adiada para hoje, às 16h, por decisão dos líderes partidários. O único nome definido até agora é o do presidente da Casa, Renan Calheiros, reeleito no domingo.

Um dos impasses está na aplicação da proporcionalidade, que garante a cada partido ou bloco vagas na Mesa de acordo com o tamanho da bancada.

A dúvida é se esse critério deve ser aplicado só para os sete cargos principais (presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários) ou se também deve ser usado para os quatro suplentes dos secretários.

Na primeira interpretação, os partidos menores conseguem ter direito à participação. A posição é defendida pelo líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO):

— Fazem uma proporcionalidade buscando o coeficiente dos partidos pelo número de 11 membros da Mesa. A Mesa, pelo regimento, tem apenas 7 membros. Os outros quatro são suplentes e, como tais, não podem entrar na proporcionalidade. Isso concentra a Mesa na mão dos maiores partidos e exclui as minorias. Isso é um absurdo, é cercear o espaço das minorias na Mesa do Senado.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), o critério de ampliar a participação dos partidos é “justo e adequado”.



O líder do PT, Humberto Costa, diz que é justo ampliar participação dos partidos na Mesa; segundo Aécio Neves, a Primeira-Secretaria ficará com o tucano Paulo Bauer



Ele ressaltou, porém, que o tema da proporcionalidade virou disputa entre os partidos. — Há partidos que entendem que, pelo fato de ter havido uma candidatura alternativa à candidatura oficial do PMDB [à Presidência do Senado], teria sido quebrado o critério da proporcionalidade. E acham que nessa condição devem pleitear a participação na Mesa também — afirmou.

Excesso de partidos

De acordo com Renan, o Parlamento caminha mais facilmente pelo consenso e pelo entendimento:

— Um dos poucos critérios que temos é a proporcionalidade. Quando você desestimula a proporcionalidade, você anima candidaturas de

diferentes partidos e isso precisa ser contornado — disse ele, que derrotou o colega de partido Luiz Henrique (PMDB-SC) na disputa da Presidência.

Jorge Viana (PT-AC), candidato à reeleição na Primeira-Vice-Presidência, responsabilizou o excesso de partidos pela falta de consenso:

— São partidos demais para vagas de menos. Isso exige um exercício que é parte da vida aqui: paciência e perseverança de fazer um entendimento.

Humberto disse que o PT vai indicar Viana e Ângela Portela (RR) para serem reconduzidos à Mesa. Na legislatura passada, eles ocuparam a Primeira-Vice-Presidência e a Segunda-Secretaria, respectivamente.

A Primeira-Secretaria deverá ser ocupada por Paulo Bauer

(PSDB-SC), segundo Aécio Neves (PSDB-MG). Os tucanos têm a terceira maior bancada, com 11 senadores.

— A senadora Lúcia Vânia [PSDB-GO] não disputará [a vaga]. Num gesto de generosidade, ela atendeu um pedido pessoal que lhe fiz. Teremos apenas uma candidatura do PSDB — afirmou.

Consenso

Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB, disse acreditar num consenso:

— Não há sentido em se criar disputa em torno de funções administrativas. Tenho certeza de que haverá entendimento.

José Agripino (DEM-RN) avalia que as conversas até o início da eleição, marcada para a tarde de hoje, poderão

resultar num acordo.

— Não são pontos insuperáveis. São questões políticas e acho que a conversa política acabará mais uma vez por equacionar divergências e estabelecer consensos — afirmou o senador.

Se não houver acordo, os candidatos vão ser escolhidos no voto.

Pela proporcionalidade partidária, além da Presidência, cabe ao PMDB a Segunda-Vice-Presidência e uma suplência. O PT ficará com a Primeira-Vice-Presidência e com a Segunda-Secretaria. O PSDB comandará a Primeira-Secretaria; o PSB, a Terceira; e o PDT, a Quarta.

As demais três suplências serão disputadas pelo DEM, PP, PSD, PR e PTB.

Primeira sessão deliberativa tem projetos sobre educação

Na retomada das atividades do Plenário do Senado, após a eleição da Mesa, os parlamentares terão pela frente uma pauta com oito projetos para deliberação. O primeiro item a ser analisado trata do peso das mochilas escolares.

O PLC 66/2012, do ex-deputado Sandes Júnior (PP-GO), já passou pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais e determina que o estudante carregue, no máximo, o equivalente a 15% do peso corporal nas mochilas. Caberá ao poder público promover campanha educativa sobre o assunto.

O autor ressalta o prejuízo à saúde dos estudantes, obrigados a levar diariamente bolsas e mochilas carregadas de materiais, e sugere às escolas públicas a adoção de armários, itens já comuns nas instituições privadas.

Outro projeto a ser analisado é o PLS 123/2013, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece a exigência de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) para o ingresso na carreira de magistério superior. A intenção é garantir a entrada de profissionais mais qualificados nas instituições de ensino federais.

Para isso, a proposta altera a Lei 12.772/2012, que trata do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Segundo o senador, o projeto vai atender também o novo Plano Nacional de Educação, que prevê a ampliação da proporção de mestres e doutores nas escolas superiores do país.

O PLC 35/2013, da Presidência da

República, pretende ampliar a área de abrangência da Universidade Federal do ABC (UFABC), além de deixar claro tratar-se de uma fundação pública.

A UFABC foi criada em 2005 e tem um campus em São Bernardo do Campo (SP) e outro em Santo André (SP), que abrigam pouco mais de 7 mil universitários. Se aprovado o projeto, a

escola poderá atuar também em outras cidades do ABC Paulista, carentes de educação superior gratuita.

A definição como fundação com personalidade jurídica de direito público tem, segundo a presidente Dilma Rousseff, o intuito de reparar um equívoco da lei que a criou (Lei 11.145/2005).

Na pauta da primeira reunião deliberativa de Plenário do ano, está também o PLC 49/2014, do deputado Fábio Faria (PSD-RN), que obriga as agências de automóveis a informar o valor dos tributos incidentes sobre a venda dos veículos.

Se a proposta for aprovada, os comerciantes terão que informar também eventual existência de multas, débitos fiscais ou qualquer restrição que impeça a livre circulação do veículo.

O objetivo é proteger o consumidor e evitar que ele seja induzido a erro, comprando um produto que lhe causará problemas posteriores.

Ainda na primeira reunião deliberativa, deve ser anunciada a perda de eficácia da MP 655/2014, que autoriza abertura de crédito extraordinário para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), editada em agosto.



Proposta determina que aluno carregue, no máximo, o equivalente a 15% do peso corporal na mochila

Com apoio de juristas, Senado atualiza códigos

Análise de projetos que modernizam Códigos Penal, de Defesa do Consumidor, Comercial e Eleitoral estão na pauta dos senadores. Anteprojetos foram feitos por especialistas

A REFORMA DE diversos códigos (conjunto de normas relativas a um mesmo tema, organizadas de maneira sistemática) avançou consideravelmente nos últimos dois anos e ainda será um dos assuntos dominantes da nova legislatura. Entre os que tramitaram no Legislativo em 2013 e 2014, figuram o novo Código de Processo Civil, aprovado pelo Senado em dezembro, o Código Penal, o Código Comercial e o Código Eleitoral. Também estão em discussão projetos avulsos que alteram o Código de Defesa do Consumidor.

Nos últimos anos, o processo de reformulação dos códigos passou a contar com a contribuição de comissões externas de juristas. Essas comissões elaboram os anteprojetos dos novos códigos.

Em alguns casos, os códigos envelheceram e se tornaram obsoletos, apesar das atualizações parciais feitas ao longo dos anos. O Código Penal em vigor foi promulgado em 1940, na ditadura do Estado Novo. O Código Comercial data de 1850 e, apesar de ter sofrido inúmeras alterações desde então, não acompanhou a evolução das relações empresariais e da tecnologia.

— Temos de contar com códigos adequados à nossa realidade, que se transforma a cada dia. São legislações que sofreram o inevitável desgaste temporal e precisavam ser atualizadas — afirma o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O novo Código Penal (PLS 236/2012) foi encaminhado ao Plenário do Senado no mês passado. A expectativa é que seja votado neste ano. O anteprojeto do novo Código Comercial elaborado pelos juristas já tramita no Senado. O anteprojeto do novo Código Eleitoral deve ser entregue em junho.

Devido à complexidade dos códigos, a tramitação pode levar anos. Entre a redação do anteprojeto do Código de Processo Civil e a aprovação pelo Senado, transcorreram quatro anos e meio. O atual é de 1973.



Senadores posam para foto no Plenário da Casa durante a sessão extraordinária de 2014 em que se concluiu a votação do Código de Processo Civil

Sanção presidencial do novo Código de Processo Civil deve ficar para março

Aprovado pelo Plenário do Senado em dezembro, o novo Código de Processo Civil ainda pode levar mais um mês para ir para a sanção presidencial. Isso ocorre porque o texto (PLS 166/2010), com 1.072 artigos, passa por um cuidadoso processo de revisão no Senado. O trabalho começou logo após a votação no Plenário.

De acordo com João Pedro Caetano, secretário-geral-adjunto da Mesa, 500 artigos já foram revisados.

Depois de receber o projeto, a presidente da República, Dilma Rousseff, terá 15 dias

úteis para sancioná-lo ou vetá-lo.

O PLS 166/2010 tramitou por mais de cinco anos no Congresso Nacional, com o objetivo de simplificar, agilizar e tornar mais transparentes os processos judiciais na esfera civil.

As discussões começaram em 2009, com a instalação no Senado de uma comissão de juristas presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux (na época ministro do Superior Tribunal de Justiça). O anteprojeto foi apresentado em 2010. Discutido pelos senadores

nos meses seguintes, foi encaminhado no mesmo ano para Câmara, onde tramitou até 2014, sofrendo diversas alterações.

Uma das tarefas da equipe de revisores é adequar as alterações da Câmara mantidas pelos senadores ao texto aprovado inicialmente pelo Senado em 2010.

A tarefa de consolidar um texto coerente passa pela consistência da redação na busca por contradições internas da lei. Além disso, também são verificadas todas as referências a outras normas ou a outros artigos dentro do

próprio código. Além disso, tudo deve estar de acordo com a técnica legislativa.

O texto traz mudanças importantes em relação a prazos, tramitação e competências. Destacam-se a tentativa de conciliação no início de todas as ações, a decisão única para processos iguais, a valorização do processo eletrônico e a multa maior para recursos meramente protelatórios. Muitos pontos, como o pagamento de honorários a advogados públicos, permanecem indefinidos, podendo ser vetados pela presidente Dilma.

Aloysio se queixa de demora na regulamentação do Marco Civil da Internet

Aprovado há nove meses pelo Senado, o Marco Civil da Internet ainda precisa ser regulamentado pelo governo. Na semana passada, o Ministério da Justiça abriu uma série de consultas à sociedade para definir e garantir o funcionamento das regras, sancionadas em abril. O Marco da Internet (Lei 12.965/2014) contém os princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores no Brasil.

A página na internet destinada a receber colaborações tem quatro eixos com conteúdos já inclusos na lei, mas que foram tratados de forma

genérica ou que dependem de regulamentação.

O primeiro diz respeito à neutralidade da rede, garantia de que os pacotes de dados sejam tratados de forma isonômica, sem distinção por conteúdo, origem, destino ou serviço. Com a regulamentação, serão definidas as exceções. O segundo eixo trata da guarda de registros de conexão, responsabilidade das operadoras. O terceiro aborda a privacidade na rede. O quarto é mais genérico, dedicado aos demais temas relacionados à regulamentação.

Além de colher subsídios

para a elaboração do decreto presidencial que vai regulamentar o Marco Civil da Internet, o governo abriu consulta sobre um anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais. O texto tem o objetivo de garantir que o cidadão tenha o controle das suas informações pessoais usadas por organizações, empresas ou governo. A ideia é estabelecer padrões mínimos para o uso desses dados, limitando-os.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a demora do governo em regulamentar:

— Os governistas, pressionados por Dilma, quiseram

aprová-lo a toque de caixa, sob o pretexto de que a presidente deveria já chegar com a tinta fresca ao NETmundial, [evento internacional] em São Paulo, para mostrar ao mundo seu empenho em preservar a neutralidade da rede. Apesar de toda essa pressa, Dilma não cumpriu sua missão, que é regulamentar a lei. Perdemos um tempo enorme. Não fosse o furor desenfreado da presidente, teríamos discutido melhor o Marco da Internet.

As sugestões podem ser apresentadas no prazo de 30 dias por meio do portal do Ministério da Justiça.

“Casa deve fazer boas leis, não muitas leis”, diz secretário da Mesa

Em 2014, o Senado aprovou mais de 170 propostas, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e projetos de decretos legislativos e de resolução. A quantidade de itens deliberados pelo Plenário, porém, não é o melhor indicador para avaliar a qualidade do trabalho legislativo, segundo o

secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira.

Para ele, a mídia, na ânsia de apresentar balanços dos trabalhos do Congresso, apega-se muitas vezes a um critério quantitativo, o que não reflete toda a dimensão do processo de elaboração das leis.

— Com frequência, a mídia apresenta críticas a respeito

do número de leis votadas, o número de deliberações nominiais. Isso é um número de menor relevância. Na verdade, o Senado tem que fazer boas leis, não muitas leis. Poderia ser multiplicado o número de leis que dão nome a ruas ou praças, por exemplo, mas isso não representaria nenhum ganho institucional — explicou.

Um exemplo de projeto que exigiu trabalho mais apurado dos senadores foi o do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010), que tramitou no Congresso Nacional por mais de cinco anos.

— É isto que o Senado tem que entregar: uma produção legislativa de qualidade, muito mais do que números — disse.



Para Bandeira, a mídia muitas vezes se apega a critério quantitativo

Proposta já passou por comissão mista e aguarda apenas decisão de deputados e senadores no Plenário. Definição do novo salário mínimo deixou uma sobra de recursos, que agora é pleiteada por partidos



Senadores e deputados durante a instalação dos trabalhos legislativos: Orçamento está entre as prioridades do Congresso

Congresso precisa concluir análise do Orçamento 2015

VOTAR A PROPOSTA orçamentária de 2015 (PLN 13/2014) é uma das primeiras missões dos parlamentares que iniciaram a nova legislatura. O texto está pronto para deliberação do Plenário do Congresso, após ter sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) em dezembro.

O relator-geral do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem que, antes de votar o texto, o Congresso precisa desobstruir a pauta do Plenário, trancada por um veto presidencial. Serão dois vetos a partir da sexta-feira.

Jucá deverá apresentar no Plenário um acréscimo dando destino a R\$ 1,262 bilhão que ele mesmo havia reservado para elevar o valor do salário mínimo em 2015 — de R\$ 788,06, fixados na proposta orçamentária, para R\$ 790. O

governo, que define por decreto o valor anual, decidiu-se, porém, por R\$ 788, em vigor desde janeiro. Com isso, a dotação extra incluída pelo relator fica livre para outra destinação.

O relator não confirmou para onde irão os recursos. Presidentes de partidos esperam que parte vá para o Fundo Partidário. Nos últimos anos, o Congresso tem elevado a dotação original do fundo. A proposta orçamentária de 2014 previa R\$ 264,3 milhões para o fundo. O Congresso aprovou R\$ 364,3 milhões. Para 2015, o parecer de Jucá manteve o valor vindo do Executivo (R\$ 289,6 milhões).

Jucá disse que os deputados e senadores novatos, que assumiram o cargo no domingo, não podem mais apresentar emendas ao Orçamento deste ano. O prazo acabou no ano

passado. As emendas são apresentadas durante a tramitação da proposta na CMO.

— A peça orçamentária é uma peça pronta para ser votada — afirmou.

A proposta aprovada na comissão contempla R\$ 9,7 bilhões para emendas individuais de deputados e senadores.

As emendas destinam recursos para as bases eleitorais dos parlamentares. Cada um dos 594 congressistas pôde apresentar até 25 emendas no valor global de R\$ 16,3 milhões, sendo metade obrigatoriamente para ações de saúde pública. Os valores incluídos pelos parlamentares terão execução obrigatória, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.080/2015), respeitados os limites de contingenciamento impostos pelo governo.

Plenário deve votar indicações de quatro embaixadores neste mês

Entre as primeiras votações secretas do Plenário na volta dos trabalhos legislativos, estarão as indicações da presidente Dilma Rousseff de diplomatas que devem dirigir embaixadas brasileiras em quatro países: Finlândia, Jamaica, Sudão do Sul e Namíbia.

Indicado para a embaixada na Finlândia, Antonio Francisco da Costa e Silva Neto foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 20 de novembro. Ele destacou as vantagens de o Brasil ter acordos bilaterais em transferência de tecnologia, em pesquisa e inovação e em educação.

Silva Neto também falou sobre a possibilidade de incremento dos investimentos finlandeses no Brasil, em setores como os de papel e celulose, indústria naval, extração de petróleo e defesa.

No encontro, ele salientou o alto índice de desenvolvimento da Finlândia e a sólida política social, que coloca o país na 24ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Brasil é o principal destino dos investimentos finlandeses na América Latina. Aqui já atuam quase todas as grandes empresas da Finlândia.

O diplomata Eduardo Carvalho, indicado para a Namíbia, foi sabatinado no mesmo dia. Ele destacou pontos da relação bilateral, como a ampla cooperação no campo militar, uma vez que o Brasil forma 80% dos oficiais da Marinha do país africano.

— Temos uma força militar amiga e que fala português, coisa rara em qualquer país

— registrou Carvalho, salientando que o idioma ganhou força na Namíbia.

Outro destaque é a cooperação das duas nações em educação. Contudo, o comércio bilateral ainda é muito pequeno, reconheceu Carvalho na reunião. O fluxo conjunto é de apenas US\$ 25 milhões. Ele apontou possibilidade de aumentar o leque de serviços, com a participação de empresas brasileiras na construção de infraestrutura em estradas, portos e aeroportos e, no futuro, na exploração de prováveis jazidas de petróleo.

Sudão do Sul

Deve ser votada, ainda, a indicação da atual embaixadora do Brasil na Etiópia, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixadora do Brasil no Sudão do Sul. Como já é embaixadora, ela não precisou passar por nova sabatina.

Também a representação brasileira na Jamaica depende dos votos do Senado para definir seu novo chefe. Carlos Alberto Michaelson den Hartog, ministro de segunda classe do Ministério das Relações Exteriores, passou por sabatina em 27 de novembro.

Segundo den Hartog, o governo jamaicano tem intenção de atrair empresas brasileiras para a construção, no país, de um grande “hub logístico” — centro de operações para concentrar e redistribuir cargas e atividades. A ideia é aproveitar a vantagem geográfica jamaicana para o transporte de cargas em toda a região do Caribe e sul dos Estados Unidos.

Flexa Ribeiro critica propostas econômicas baixadas pelo governo



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou de “pacote de atrocidades” contra o povo brasileiro as medidas econômicas tomadas pela presidente Dilma Rousseff.

Para ele, a presidente reeleita está fazendo tudo o que, na campanha eleitoral, disse que a oposição faria, incluindo corte em direitos trabalhistas, aumento na carga de impostos e elevação dos preços dos combustíveis.

O senador manifestou perplexidade com o veto presidencial à correção na tabela do Imposto de Renda, avaliando que Dilma não tem coragem de explicar essa decisão.

— Se a inflação beira os 6,5% há anos, sua insistência em manter a correção da tabela do Imposto de Renda em 4,5% atende pelo nome de confisco.

Vanessa quer mudar medida provisória do seguro-desemprego



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu mudanças na medida provisória que torna mais rígidas as regras para a concessão do seguro-desemprego e do

abono salarial. Ela disse que o PCdoB vai defender profundas alterações.

Para a senadora, como está, a medida (MP 665/2014) diminui os direitos do trabalhador. Vanessa lembrou que o governo alega que o endurecimento visa coibir o número crescente de fraudes contra o seguro. Na opinião dela, é preciso definir outros instrumentos para mudar essa realidade.

— É necessário que encontremos um mecanismo para que seja cessada a fraude sem diminuir, qualquer que seja, o direito do trabalhador e da trabalhadora brasileiros — afirmou.

Para Ataídes, Dilma recebeu “herança maldita” dela mesma



Ataídes Oliveira (PSDB-TO) comparou o aumento de impostos e tarifas com o discurso otimista da presidente Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral e

concluiu que ela recebeu uma “herança maldita” do próprio governo.

O senador chamou de “saco de maldades” o recente conjunto de medidas econômicas. Na opinião dele, o governo obriga o povo a pagar a conta da falta de rumo na economia.

Ataídes criticou o aumento de impostos e a alta dos juros e dos combustíveis. Cobrou combate à corrupção, equilíbrio das contas públicas e estímulo ao setor produtivo.

— O país caminha para a recessão, nas palavras do próprio ministro Levy. Engano dele: já estamos em recessão.

Ana Amélia: Senado deve dar respostas à sociedade sobre crise



Ana Amélia (PP-RS) afirmou que os senadores terão muito trabalho em 2015 para resgatar a credibilidade da Casa perante a opinião pública. Para isso, diz Ana Amélia,

é preciso que o Senado assuma a responsabilidade e dê respostas aos problemas atuais pelos quais o país passa, como a corrupção e a crise econômica.

— As reformas necessárias, como a política e a fiscal, não podem mais ser adiadas. O enfrentamento da corrupção, o eficiente controle dos gastos públicos sem sobrecargas aos trabalhadores e aposentados e as ações em favor dos municípios, por meio de um renovado e efetivo pacto federativo, são medidas mais que urgentes e não podem ficar na retórica — afirmou.

Duas medidas provisórias chegaram ontem ao Congresso e liberam cerca de R\$ 94 bilhões para órgãos públicos. Petrobras será a maior beneficiária, com quase R\$ 45 bilhões

Estatais podem receber mais investimento

COMEÇARAM A TRAMITAR no Congresso ontem duas medidas provisórias lidas pela Mesa do Senado, as MPs 666/2014 e 667/2015, que liberam crédito extraordinário a órgãos do governo federal, a estados e municípios. Com a leitura, as medidas seguem agora à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para análise.

A MP 666 libera R\$ 20,1 bilhões para investimentos e custeio. Do total, R\$ 17,9 bilhões são destinados a estatais, sendo que a Petrobras (e as empresas coligadas, como Transpetro e BR) ficou com a maior parcela — R\$ 15,9 bilhões.

Segundo o governo, o crédito extraordinário vai possibilitar a adequação dos planos estratégicos das empresas, que passaram por revisão no fim de 2014. O Executivo alega que o aporte é necessário para evitar paralisação nos investimentos.

A MP 667/2015 destina recursos para estatais e ministérios, tendo mais uma vez a Petrobras como principal beneficiária. Dos R\$ 74 bilhões, R\$ 35,2 bilhões são para as es-



Plataforma P-55 deixa estaleiro rumo à Bacia de Campos (RJ): medidas que destinam recursos à petrolífera serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento

tatais. Desse montante, R\$ 29 bilhões vão para a petrolífera.

A justificativa do governo é de que o crédito viabilizará investimentos e inversões financeiras (compra de ativos) neste ano, evitando atrasos no cronograma das obras.

Segundo o Planalto, como o Orçamento de 2015 ainda não foi aprovado, as obras poderiam ser paralisadas sem os recursos previstos na MP.

Pelo texto, R\$ 31,3 bilhões virão do caixa das próprias empresas, como as do grupo

Eletrobras (Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Furnas) e a Petrobras. O restante virá do Tesouro (R\$ 1,1 bilhão) e de financiamentos internos e externos.

Também foi anunciado em Plenário o encerramento, na

segunda-feira, da vigência da MP 655/2014. A proposta, que concedia crédito extraordinário para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), chegou a ser aprovada pela Câmara, mas não foi votada a tempo no Senado.

João Alberto reclama de suspensão de obra



João Alberto Souza (PMDB-MA) classificou como violência a suspensão da instalação de uma refinaria da Petrobras no Maranhão. O corte nos

investimentos é decorrente da situação da empresa, atingida pelo esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

— O povo do Maranhão não é culpado de corrupção em Petrobras. Que se apure a corrupção, que se punam os culpados, mas que não se perpetre essa violência contra o meu estado.

Para o senador, a construção ajudaria a reverter o baixo índice de desenvolvimento do estado. Ele disse que a bancada maranhense no Senado recorrerá à Dilma Rousseff e que buscará o apoio da bancada do estado na Câmara para tentar reverter a decisão.

Medeiros cita impasse com índios em MT



José Medeiros (PPS-MT) espera que o Ministério da Justiça resolva o impasse entre índios e a Fundação Nacional do Índio (Funai) que resultou na

interdição de uma rodovia de Mato Grosso que serve para o escoamento da produção agrícola.

Para ele, não é aceitável que questões banais impeçam o tráfego nas estradas, especialmente num país tão dependente do transporte rodoviário.

— Causa prejuízos imensos para o estado de Mato Grosso e para o Brasil. Fica aqui o registro e espero que o Ministério da Justiça e a Funai se debrucem sobre o assunto para que a gente não precise ficar tratando de assuntos menores aqui — afirmou o parlamentar, que inicia o mandato como senador.

RR vive de “migalhas e favores”, diz Telmário



Ao agradecer os eleitores de Roraima que o elegeram, Telmário Mota (PDT) defendeu uma parceria entre a União e o governo estadual para estimular a

iniciativa privada no estado.

Segundo o senador, a economia local depende dos salários dos servidores públicos e a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza.

Ele destacou que não há escolas em tempo integral e que são poucas as creches.

Telmário crê que esse cenário se deve aos equívocos de gestões estaduais passadas:

— Roraima não aguenta mais viver das migalhas, dos favores, das emendas das obras inacabadas que chegam até aquele estado e que muitas vezes caem no ralo da corrupção.

Paim cobra votação de projeto sobre incêndio



Paulo Paim (PT-RS) pediu a votação urgente do projeto de lei da Câmara que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate

a incêndios e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião pública. O senador lembrou que uma lei assim impediria, por exemplo, tragédias como a que ocorreu há dois anos na boate Kiss, em Santa Maria (RS). Paim, que foi relator do texto no Senado, disse que ele está pronto para ser votado e frisou que a Casa não pode fugir da responsabilidade:

— Há dois anos, 242 pessoas foram assassinadas. Aquilo, para mim, é assassinato. E um projeto de lei amplamente discutido na Câmara dos Deputados aqui no Senado se encontra na Mesa e não é votado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

A definição dos demais integrantes da Mesa acontecerá em eleição marcada para hoje, no Plenário do Senado.

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Partido teve dois candidatos à Presidência da Casa. Segundo Jucá, não há ressentimento em relação à candidatura avulsa de Luiz Henrique nem “perpetuação da disputa”

Passada eleição, PMDB busca unidade no Senado

CURAR FERIDAS E cobrir brechas. A orientação do PMDB após a concorrida eleição para a Presidência do Senado, com dois candidatos do partido — Renan Calheiros, o vencedor, e Luiz Henrique —, é trazer os dissidentes para perto. Os senadores da legenda Ricardo Ferraço (ES), Dário Berger (SC) e Waldemir Moka (MS) foram favoráveis à candidatura avulsa.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) acredita que a candidatura avulsa à Presidência não foi boa para o partido, que tinha se decidido pelo nome de Renan Calheiros:

— Não houve divisão. Nós tivemos 15 votos e o Luiz Henrique teve 4 dentro do PMDB. Encerrada a disputa e a eleição em que o senador Renan ganhou com 18 votos de diferença, nós vamos agora procurar unir o Senado, inclusive com a oposição. Queremos trabalhar com todos, unindo também a bancada do PMDB.

De acordo com Jucá, os senadores Luiz Henrique, Moka, Ferraço e Berger são “excelentes companheiros e



Senadores Romero Jucá e Fernando Bezerra Coelho conversam durante a sessão de abertura dos trabalhos, na segunda

não há nenhum tipo de ressentimento ou perpetuação da disputa”.

— Se dependesse de nós, nem teria havido disputa. A bancada discutiu, definiu e indicou o nome de Renan. O correto era não ter candidatura avulsa. Houve, mas nós superamos e agora é buscar união, ouvir a todos e trabalhar.

Jucá atribuiu o lançamento da candidatura avulsa de Luiz

Henrique a uma tentativa legítima de a oposição marcar posição política na Casa. De acordo com o senador, essa candidatura não pode ser interpretada como uma insatisfação com a presidência de Renan.

Não é o que pensa José Agripino (DEM-RN), que trabalhou pela vitória de Luiz Henrique:

— É um racha irreversível. É manifestação de resistência

e de inconformismo com uma situação que está envergonhando o Congresso Nacional — afirmou o senador.

Bloco

Como fato novo após a eleição da Presidência do Senado, surgiu a possibilidade — “real”, segundo Benedito de Lira (AL), líder do PP — de ser criado um bloco independente, formado por PP, PSB e PPS. Na última legislatura, ape-

sar de reclamações pontuais, o PP predominantemente votou com a base governista. O PSB, como teve candidato próprio à Presidência da República, distanciou-se do Palácio do Planalto e no fim fez críticas a Dilma ao apoiar a candidatura presidencial do senador Aécio Neves (PSDB-MG). O PPS tem sido oposição ao governo federal e também apoiou Aécio nas últimas eleições.

Ao todo, o bloco contaria com 12 senadores (do total de 81): 5 do PP, 6 do PSB e 1 do PPS.

Se, para a base, o surgimento do bloco independente pode ser desconfortável, para a oposição também não é o ideal, porque alguns cogitavam ter esses partidos formando uma oposição mais encorpada. Agripino admite que era de se esperar uma formação como essa:

— As formações de blocos obedecem muitas vezes à necessidade de as pessoas se juntarem em busca de participação física em comissões, titularidade ou presidência de comissões. Talvez seja esse o objetivo.

Portal da Transparência

É simples pesquisar

Secom | Coordenação de Criação e Marketing

O **Portal da Transparência e Controle Social** é uma ferramenta de grande utilidade para facilitar a consulta dos atos administrativos do Senado Federal, como **informações** relativas a licitações, contratos e execução orçamentária, além de subsídios e cotas para o exercício da atividade parlamentar dos senadores. Tudo isso **organizado** de forma a tornar bem **simples** a coleta e **compreensão** dos dados pelo cidadão.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Mais informações:
www.senado.leg.br/transparencia



Partidos finalizam escolha de líderes e debatem novos blocos

Apenas o PT, entre as legendas com mais de um representante no Senado, ainda não indicou líder. Três blocos já foram confirmados, entre eles, o de Oposição

COM O INÍCIO da nova legislatura, nove dos dez partidos políticos com bancada formada por mais de um senador já escolheram seus líderes. Falta apenas a definição do PT.

A escolha de cada partido deve ser formalizada com o envio do nome do líder à Mesa. Esses partidos e os outros cinco com apenas um representante na Casa — PSOL, PCdoB, PRB, PPS e PSC — ainda discutem a formação de blocos e respectivos líderes.

É função primordial de um líder

unificar o discurso partidário ou do bloco, mas as atribuições vão muito além, envolvendo a articulação política e outros aspectos do trabalho legislativo. A pauta do Plenário, por exemplo, tradicionalmente é definida pelo colégio de líderes. Nas deliberações, o líder orienta a bancada quanto ao voto.

Nas sessões plenárias, o líder também fala pela bancada, cabendo a ele os pedidos de destaque, de dispensa de discussão de matérias em pauta e de adiamento da votação de um projeto.

Lideranças

PMDB ▪ Eunício Oliveira (CE)		PR ▪ Blairo Maggi (MT)	
PSDB ▪ Cássio Cunha Lima (PB)		PSD ▪ Omar Aziz (AM)	
PDT ▪ Acir Gurgacz (RO)		PTB ▪ Fernando Collor (AL)	
PP ▪ Benedito de Lira (AL)		União e Força (PR, PTB, PRB e PSC) ▪ Fernando Collor (PTB-AL)	
DEM ▪ Ronaldo Caiado (GO)		Democracia Participativa (PSB, PP e PPS) ▪ Lídice da Mata (PSB-BA)	
PSB ▪ João Capiberibe (AP)		Bloco de Oposição (PSDB e DEM) ▪ Alvaro Dias (PSDB-PR)	

Fotos: Alex Pizuello/Agência-AM, Gerônimo Mangêlo/Agência-Senado, Marcos Oliveira/Agência-Senado, Moisés Menezes/Agência-Senado, Waldemir Barreto/Agência-Senado

Omar substitui Petecão na liderança do PSD

Sérgio Petecão (AC, foto) informou ontem estar deixando a liderança do PSD no Senado, que passa a ser exercida por Omar Aziz, novo senador pelo Amazonas.

— Com certeza, o senador Omar Aziz, à frente da liderança do PSD aqui na Casa, fará um excelente trabalho. Então, eu queria desejar boa sorte ao nosso novo líder.

Petecão também cumprimentou Renan Calheiros pela reeleição para



a Presidência do Senado. Manifestou, ainda, apoio à candidatura de Jorge Viana (PT-AC) para o cargo de primeiro-vice-presidente da Casa — apesar das divergências políticas que mantém com o petista no Acre.

— As nossas divergências políticas são pequenas diante do cargo que o senador Jorge Viana pleiteia e espero que Vossa Excelência tenha sucesso — disse Petecão.

Reguffe quer fim da reeleição no Poder Executivo

Reguffe (PDT-DF) iniciou a atuação no Senado com a defesa de sete projetos de reforma política já apresentados por ele na Câmara, quando era deputado federal.

O senador quer, por exemplo, o fim da reeleição no Executivo e o limite de uma reeleição no Legislativo. Também propôs o fim do voto obrigatório, a instituição do voto distrital, o financiamento exclusivamente público de cam-



panhas e a revogação dos mandatos dos eleitos que não cumprirem as promessas eleitorais.

— Nesta crise política, muita gente diz que tem que haver menos política. Penso que precisamos ter mais política. Mas a boa política, feita com princípios republicanos, ideias e propostas, para melhorar a vida do cidadão que paga seus impostos e quer vê-los bem empregados.

Dilma fala de “país que não existe”, critica Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso. Em vez de prestar contas da situação do país e apresentar soluções, a mensagem, no entender do senador, “mostava um Brasil que não existe e exaltava o compromisso com o aumento de investimentos, quando na verdade houve redução, e com o controle da inflação, quando na verdade ela vai



bater no teto da meta. — A conta de energia elétrica vai crescer 40% e temos uma ameaça real ao fornecimento de energia. Nada disso é falado. Ela [Dilma] chega a exaltar o desempenho da Refinaria Abreu e Lima: “Está produzindo não sei quantas toneladas de nafta por ano”. Ora, vejam a que custo! Foi projetada para custar US\$ 2 bilhões, já custa mais de US\$ 20 bilhões e ainda não foi concluída.

Cássio classifica documento como “peça de ficção”

O novo líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), classificou de peça de ficção a mensagem presidencial lida na abertura dos trabalhos do Congresso.

Segundo o senador, Dilma fez menção a um país que não existe, o mesmo que apresentou na campanha.

Cássio citou a promessa de reduzir a conta de energia, que se transformou em aumento do valor a ser pago por um sistema que passa por grave crise. Por isso, afirmou, o PSDB vai fisca-

lizar ainda mais os atos do governo, além de fazer uma oposição propositiva e apresentar caminhos que o governo se recusa a tomar para dar mais eficiência ao setor público.

— Não é tolerável conviver com um governo que não toma providências para tornar a máquina pública eficiente, que gasta de forma desmedida. Para pagar a conta, a sociedade é chamada para patrocinar um banquete do qual ela não participou.



1830 1900 1952 1965 1970 1980 1996 1998 2014

185 anos da história do Legislativo brasileiro: o Portal do Senado tem todas as edições do Relatório Anual da Presidência, desde 1830. Use o QR Code ao lado ou acesse <http://bit.ly/1y3gs0U> para conhecê-las.

SENADO FEDERAL